

RECURSOS

RECURSO – Gabarito Preliminar/Questões da Prova Objetiva

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647939	BRUNA DA SILVA	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimento, como cria [...], como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião, e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647899	CARMEN REGINA REGINALDO JACQUES	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato(a), após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é manejo de espécies exóticas invasoras como estratégia para conservação da biodiversidade na gestão ambiental, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Conservação da biodiversidade; manejo de fauna e flora; gestão ambiental. A alternativa que afirma que "espécies exóticas invasoras são aquelas introduzidas fora de sua área de distribuição natural que conseguem se estabelecer, se dispersar e causar impactos negativos à biodiversidade nativa, sendo seu controle e prevenção medidas fundamentais na gestão ambiental" está correta. Fundamento: a Convenção sobre Diversidade Biológica e as diretrizes nacionais de gestão ambiental reconhecem que espécies exóticas invasoras são organismos introduzidos fora de sua área de distribuição natural que, ao se estabelecerem e se dispersarem, podem causar impactos negativos à biodiversidade, aos ecossistemas, à economia e à saúde. Portanto, sua prevenção, controle e manejo constituem medidas essenciais de conservação da biodiversidade. A proposição segundo a qual "toda espécie exótica introduzida em um novo ambiente torna-se invasora de modo automático, independentemente de sua capacidade de reprodução ou impacto ecológico" está incorreta. Nem toda espécie exótica se torna invasora; para que seja caracterizada como invasora, é necessário que apresente capacidade de estabelecimento, dispersão e geração de impactos negativos. A proposição segundo a qual "a erradicação pode ser uma estratégia tecnicamente adequada, especialmente em estágios iniciais de invasão, desde que viável, planejada e ecologicamente justificada. A proposição segundo a qual "a conservação da biodiversidade deve priorizar exclusivamente espécies nativas ameaçadas, não sendo necessário considerar os impactos de espécies invasoras em planos de manejo" está incorreta. A conservação da biodiversidade não se limita à proteção direta de espécies nativas ameaçadas, pois também exige o manejo das ameaças que afetam populações, comunidades e ecossistemas. Espécies exóticas invasoras estão entre os principais fatores de perda de biodiversidade, podendo competir com espécies nativas, alterar cadeias tróficas, modificar habitats, transmitir doenças e comprometer processos ecológicos. Assim, planos de manejo devem considerar tanto a proteção de espécies nativas quanto a prevenção, o monitoramento e o controle de espécies invasoras. A proposição segundo a qual "o manejo de espécies invasoras é responsabilidade exclusiva de órgãos federais, não cabendo aos municípios ações de controle ou monitoramento" está incorreta. A gestão ambiental no Brasil é descentralizada, conforme a Política Nacional do Meio Ambiente, cabendo também aos municípios desenvolver ações de monitoramento, controle, fiscalização, prevenção e educação ambiental, dentro de suas competências. Quanto à alegação relacionada à divergência entre letras indicadas nos cadernos de prova, registra-se que as provas foram estruturadas com randomização das alternativas. Por essa razão, a análise técnica do item recai sobre a redação da proposição, e não sobre a letra atribuída em cada caderno individual de prova. Recorda-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas no edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647899	CARMEN REGINA REGINALDO JACQUES	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, seus grupos e categorias, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Unidades de Conservação: criação, gestão e categorias. Assertiva I: "O Monumento Natural é uma categoria de Unidade de Proteção Integral de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas". Assertiva incorreta. Fundamento: De acordo com o § 1º do art. 12 da Lei Federal Nº 9.985/2000, o Monumento Natural é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que pode ser constituída por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Assertiva II: "Na Reserva Biológica é permitida a visitação pública para fins recreativos, por se tratar de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável". Assertiva incorreta. Fundamento: De acordo com o 2º, art. 10 da Lei Federal Nº 9985/2000, a Estação Ecológica é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral onde é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico. Assertiva III: "Estação Ecológica é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivos a visitação pública sujeita às normas estabelecidas pelo Plano de Manejo". Assertiva incorreta. Fundamento: De acordo com o art. 9 da Lei Federal Nº 9.985/2000, Estação Ecológica é uma Unidade da categoria Proteção Integral, que tem por objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Assertiva IV: "A Reserva de Fauna é uma categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral em que é proibida a visitação pública". Assertiva incorreta. Fundamento: De acordo com o §2º, art. 19º da Lei Federal Nº 9985/2000, na Reserva de Fauna a visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. Assertiva V: "Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Parque Nacional são unidades de conservação de proteção integral e admitem apenas o uso indireto dos seus recursos naturais". Assertiva correta. Fundamento: De acordo com o art. 8º da Lei Nº 9985/2000, são Unidades de Proteção Integral: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre. Ainda, segundo o § 1º do art. 7º da referida Lei, nas Unidades de Conservação de proteção integral é admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. Recorda-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Quanto à alegação relacionada à divergência entre letras indicadas nos cadernos de prova, registra-se que as provas foram estruturadas com randomização das alternativas. Por essa razão, a análise técnica do item recaí sobre a redação da proposição, e não sobre a letra atribuída em cada caderno. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647810	DANIEL TONIAL THOMAZ	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimento, como cria [...], como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião, e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647808	DENISE LETICIA MARTINS PACHECO	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Concordância Nominal, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Concordância nominal. A banca esclarece que há não qualquer problema na elaboração da questão que configure em subjetividade, ambiguidade, interpretação equivocada, etc., inclusive, nos casos em que pode haver duas possibilidades de concordância, a questão não limita a uma taxativamente como única, cabendo ao candidato mobilizar seus conhecimentos prévios e saber que há duas possibilidades e que a questão pede-lhe para analisar uma delas. A questão está clara e pautada na gramática do língua portuguesa brasileira. Isso posto, analisa-se as sentenças a partir do excerto de referência: "A atividade circense passou a ser oficialmente reconhecida como manifestação da cultura e da arte popular brasileira." Quando na construção há mais de uma palavra determinada, deve-se observar os seguintes casos e tomar as decisões que sejam coerentes com o contexto: 1º."Se as palavras determinadas forem do mesmo gênero, a palavra determinante irá para o plural e para o gênero comum, ou poderá concordar, principalmente se vier anteposta, em gênero e número com a mais próxima". Assim, a primeira sentença é VERDADEIRA, podendo ser "manifestação da cultura e da arte brasileira ou brasileiras". 2º."Se as palavras determinadas forem de gêneros diferentes, a palavra determinante irá para o plural masculino ou concordará em gênero e número com a mais próxima". Desse modo, segunda sentença é VERDADEIRA, podendo ser: "O cinema e a música brasileiros ou brasileira". Na mesma orientação gramatical anterior, fica claro que a terceira sentença é FALSA. Primeiro, porque concordar apenas com o substantivo ou a palavra determinada mais próxima não associa o adjetivo ou a palavra determinante apenas a esta. Segundo, como está claro na regra acima, o autor da sentença não precisa concordar o determinante obrigatoriamente com o gênero da maioria dos substantivos e, no caso do exemplo, ficando no masculino plural. Bechara, Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 572. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647808	DENISE LETICIA MARTINS PACHECO	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimento, como cria [...], como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião", e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
648028	JORGE BRENO PALHETA ORELLANA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Coesão textual e os sentidos construídos no texto, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Coesão textual e os sentidos construídos no texto. O item III está INCORRETO justamente por propor que A expressão "O texto" (segundo parágrafo) não está clara, uma vez que pode se referir tanto ao texto da lei como ao texto em si, escrito para publicação. O autor deveria ter escolhido uma expressão mais clara. Não há, no segundo parágrafo, qualquer problema com a referência, não havendo ambiguidade na leitura. Claramente o leitor consegue recuperar o termo a que se refere "O texto", ou seja, o texto da lei apresentada na reportagem. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
648028	JORGE BRENO PALHETA ORELLANA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é "Uso de pronomes pessoais, demonstrativos e relativos. Coesão textual e os sentidos construídos no texto. Compreensão, análise e interpretação de textos", estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Uso de pronomes pessoais, demonstrativos e relativos. Coesão textual e os sentidos construídos no texto. Compreensão, análise e interpretação de textos. Não há nada na questão que esteja em desacordo com a gramática da língua portuguesa brasileira. O candidato deve saber que as fusões ou contrações entre preposição e alguns pronomes em determinados contextos é natural na escrita da língua e que essa contração não descaracteriza o papel nem da preposição, nem do pronome. O pronome demonstrativo "essa" continua exercendo sua função, seja porque o contexto pede a preposição "de" ou não. As preposições exercem importante papel na regência entre as palavras e os pronomes demonstrativos, na referenciação textual. Cada um tem um papel distinto e a presença ou não da preposição não descaracteriza o do pronome. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
648028	JORGE BRENO PALHETA ORELLANA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimenta, como cria [...], como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião, e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
648028	JORGE BRENO PALHETA ORELLANA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato(a), após análise desta banca, conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é o uso de arquivos em formato PDF e seus padrões técnicos, estando, portanto, vinculado ao seguinte item do conteúdo programático previsto no edital: "Conceitos e modos de utilização do Adobe Reader e arquivos em formato PDF". A alternativa considerada correta afirma que "o padrão PDF/A é uma variante do formato PDF projetada especificamente para o arquivamento de longo prazo de documentos eletrônicos, garantindo que o arquivo seja visualizado da mesma forma no futuro ao exigir que todos os elementos necessários, como fontes e perfis de cores, estejam incorporados ao próprio arquivo". A alegação do recorrente concentra-se na expressão "garantindo que o arquivo seja visualizado da mesma forma no futuro", sob o argumento de que o padrão PDF/A não ofereceria garantia absoluta de visualização idêntica em qualquer cenário tecnológico futuro. Contudo, a redação da alternativa deve ser interpretada no contexto técnico do próprio padrão PDF/A, cuja finalidade é justamente a preservação de longo prazo de documentos eletrônicos, mediante incorporação dos elementos necessários à sua reprodução, como fontes, metadados e perfis de cores, reduzindo dependências externas que poderiam comprometer a visualização futura. A alternativa não afirma que o PDF/A elimina toda e qualquer possibilidade de obsolescência tecnológica, nem que assegura preservação absoluta em qualquer ambiente computacional futuro. O que se afirma é que, por sua concepção técnica, o PDF/A busca assegurar a reprodução consistente do documento ao longo do tempo, em razão da exigência de autocontenção dos elementos necessários à sua visualização. Essa é precisamente a característica que distingue o PDF/A de arquivos PDF comuns para fins de arquivamento documental. Assim, o uso do termo "garantindo", no contexto da alternativa, não constitui erro conceitual capaz de invalidar a questão, pois está associado à finalidade técnica do padrão e às exigências de conformidade próprias do PDF/A. A redação está compatível com o conhecimento básico esperado sobre arquivos PDF, especialmente no contexto da Administração Pública e da preservação de documentos eletrônicos. As demais proposições apresentam incorreções técnicas evidentes, ao afirmarem, por exemplo, que a busca em PDF depende obrigatoriamente de OCR ativo no hardware do usuário, que a assinatura digital permitiria alterações posteriores sem invalidação, que o formato PDF impediria a inclusão de metadados ou que a proteção por senha alteraria a extensão do arquivo para ".enc". Dessa forma, a questão possui comando claro, conteúdo compatível com o edital e apenas uma alternativa tecnicamente correta. Recorda-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas no edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647982	JÚLIA ELISARDO DE OLIVEIRA	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é "características do Filo Porífera", estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Fundamentos de Zoologia; Fisiologia Animal. O recurso não merece provimento. A literatura citada pelo recorrente descreve observações recentes de deslocamentos lentos em determinadas espécies de Porífera, fenômeno de grande relevância para o conhecimento da biologia do grupo. Contudo, tais registros não alteram a caracterização geral dos poríferos como organismos predominantemente sésseis na fase adulta, entendimento amplamente consolidado na literatura zoológica e adotado em contextos didáticos e avaliativos. Segue fundamentação para cada assertiva. Assertiva: "A alimentação dos Porífera pode ocorrer tanto por filtração quanto por absorção direta de substâncias dissolvidas, sendo o fluxo de água um fator complementar, mas não essencial para a obtenção de nutrientes". Correção/Incorreção: Incorreta Fundamento: Os poríferos são essencialmente filtradores, sendo o fluxo de água fundamental para alimentação e outros processos vitais. O fluxo contínuo de água é essencial para: obtenção de alimento, trocas gasosas, eliminação de excretas e reprodução. Sem circulação de água o sistema aquífero deixa de funcionar. Assertiva: "A digestão em Porífera ocorre exclusivamente de forma extracelular, no interior de uma cavidade digestiva especializada". Correção/Incorreção: Incorreta Fundamento: A digestão em Porífera é intracelular. Os poríferos não possuem boca, tubo digestório ou cavidade digestiva especializada. A digestão é predominantemente intracelular, ocorrendo após fagocitose realizada pelos coanócitos e posterior distribuição dos nutrientes pelos arqueócitos. Assertiva: "Apesar de serem predominantemente sésseis na fase adulta, os Porífera podem apresentar movimentação corporal coordenada suficiente para alterar significativamente sua posição no substrato em resposta a estímulos ambientais". Correção/Incorreção: Incorreta Fundamento: A assertiva atribui aos Porífera, de forma geral, uma movimentação corporal coordenada suficiente para alterar significativamente sua posição no substrato em resposta a estímulos ambientais. Entretanto, os casos descritos na literatura referem-se a comportamentos observados em espécies específicas e caracterizados por deslocamentos extremamente lentos, não constituindo uma característica geral do filo. Além disso, a expressão "alterar significativamente sua posição no substrato" pressupõe mudança perceptível de localização. Os poríferos adultos são tradicionalmente caracterizados como: organismos sésseis, sem sistema nervoso, sem musculatura verdadeira e sem locomoção corporal significativa. Assertiva: "Os Porífera apresentam o corpo organizado em um conjunto de canais e cavidades por onde a água circula, com presença de coanócitos responsáveis pela movimentação da água e captura de partículas alimentares, além de não possuírem tecidos verdadeiros". Correção/Incorreção: Correta Fundamento: A assertiva descreve adequadamente a organização corporal e o funcionamento dos poríferos, sem atribuir a eles sistemas verdadeiros. Os Porífera são organismos parazoários, caracterizados pela ausência de tecidos verdadeiros e pela organização corporal simples. A circulação de água ocorre através de poros, canais e cavidades, sendo impulsionada pelos coanócitos, que também atuam na captura de partículas alimentares. A digestão é intracelular. Assertiva: "Os Porífera apresentam níveis iniciais de organização tecidual, com certa diferenciação celular funcional, podendo realizar processos digestivos associados a regiões corporais especializadas que desempenham funções análogas a sistemas digestórios simples". Correção/Incorreção: Incorreta. Fundamento: É verdade que existe diferenciação funcional entre tipos celulares (coanócitos, pinacócitos, arqueócitos etc.), porém, os poríferos não possuem tecidos verdadeiros, órgãos, cavidade digestiva, tampouco regiões especializadas equivalentes a um sistema digestório. A digestão ocorre por células individuais, principalmente coanócitos e arqueócitos. O erro principal está na expressão "organização tecidual" e na referência a regiões corporais especializadas. Recorda-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647937	LARYSSA DEMÉTRIO	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimenta, como cria [...], como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião, e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647977	LUIZ RODRIGO HAMADA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimento, como cria [...]), como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião, e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647977	LUIZ RODRIGO HAMADA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	QUESTÃO ANULADA	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise da banca examinadora conclui-se que o recurso é procedente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é a incidência de Áreas de Preservação Permanente sobre feições hídricas em zonas rurais e urbanas, com base no Código Florestal, estando vinculada ao seguinte item do conteúdo programático previsto no edital: Código Florestal (Lei Federal n.º 12.651/2012 e suas alterações). O recurso aponta erro material objetivo no item I, que descreve as faixas marginais de curso d'água natural perene ou intermitente como "Áreas de Proteção Ambiental (APP)". A denominação correta, nos termos do art. 4º, I, da Lei n.º 12.651/2012, é Área de Preservação Permanente, cuja sigla é igualmente APP. Área de Proteção Ambiental - APA - é categoria de unidade de conservação de uso sustentável criada por ato do Poder Executivo, disciplinada pela Lei n.º 9.985/2000, e não guarda relação com as faixas marginais de cursos d'água previstas no Código Florestal. O erro não é meramente tipográfico. Trata-se de substituição da denominação completa de um instituto jurídico pela denominação de outro instituto distinto, em questão que avalia precisamente o domínio técnico-jurídico do Direito Ambiental. Embora a sigla APP tenha sido mantida, a denominação por extenso "Proteção Ambiental" remete à APA do SNUC, categoria com natureza, regime jurídico e forma de criação inteiramente distintos das Áreas de Preservação Permanente do Código Florestal. O candidato com conhecimento mais apurado da legislação ambiental - que distingue com precisão as duas categorias - é precisamente o que foi prejudicado pelo erro, pois identificou a inconsistência terminológica e não pôde assumir que o item I estava correto. A consequência direta do erro é a inviabilidade de identificação da alternativa correta. Se o item I é considerado incorreto em razão do erro de nomenclatura, apenas o item III permanece correto, e a alternativa "III, apenas" não existe entre as opções apresentadas. A questão, portanto, não dispõe de alternativa que responda corretamente ao enunciado para o candidato que identificou o vício. Pelo exposto, QUESTÃO ANULADA.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647977	LUIZ RODRIGO HAMADA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	QUESTÃO ANULADA	<p>Em resposta à fundamentação dos candidatos, após análise da banca examinadora conclui-se que os recursos são procedentes, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é o conceito de poluição e atividade humana com potencial de interferência ambiental no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, estando vinculada ao seguinte item do conteúdo programático previsto no edital: Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal n.º 6.938/1981 e suas alterações). A questão apresenta vício de ambiguidade objetiva decorrente de dissociação entre o critério enunciado no comando da questão e o critério de avaliação aplicado ao item III. O comando da questão solicita que o candidato identifique qual das situações descritas constitui "atividade humana com potencial de interferência ambiental". Esse conceito, consagrado na legislação ambiental brasileira, abrange atividades capazes de alterar as propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, independentemente da ocorrência concreta de dano ou da ilicitude da conduta. É precisamente por esse potencial que atividades agrícolas - inclusive a aplicação de defensivos registrados - estão sujeitas a controle estatal, receituário agrônomico e procedimentos de licenciamento ou cadastro, conforme a Resolução CONAMA n.º 237/1997 e a legislação de agrotóxicos. O item III descreve a aplicação de defensivo agrícola registrado, dentro das doses recomendadas e nas condições previstas na bula, em lavoura distante de corpo hídrico, e afirma que tal conduta "configura poluição pelo simples fato de envolver substância com toxicidade reconhecida". Essa afirmação interna é juridicamente incorreta: o art. 3º, III, da Lei n.º 6.938/1981 define poluição como degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. A mera presença de substância com toxicidade reconhecida, quando utilizada de forma regular e autorizada, não preenche esse conceito legal. Ocorre que o comando do enunciado e a afirmação interna do item III adotam critérios distintos e inconciliáveis para a avaliação da mesma conduta. Respondendo ao comando - identificar atividade com potencial de interferência ambiental - o candidato tecnicamente fundamentado reconhece que a aplicação de defensivo agrícola tem esse potencial e inclui o item III. Respondendo à afirmação interna do item - se a conduta configura poluição pelo simples uso de substância tóxica - o mesmo candidato rejeita o item por incorreção jurídica. A questão não permite ao candidato identificar qual dos dois critérios deve prevalecer, pois o enunciado e a estrutura do item os apresentam como equivalentes sem que o sejam. Essa ambiguidade é objetiva e não decorre de complexidade do tema ou de divergência doutrinária: decorre da redação da própria questão, que associa no mesmo item uma atividade que atende ao critério do enunciado e uma afirmação jurídica que contradiz esse critério. Candidatos com domínio técnico aprofundado foram prejudicados de forma objetiva, pois o conhecimento mais preciso da lei conduziu à identificação da ambiguidade, e não à resposta esperada. Pelo exposto, QUESTÃO ANULADA.</p>
647977	LUIZ RODRIGO HAMADA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise da banca examinadora conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é a disciplina da exploração eventual de subprodutos de flora nativa no Bioma Mata Atlântica, com foco nos limites da dispensa de autorização para o pequeno produtor rural, estando vinculada ao seguinte item do conteúdo programático previsto no edital: Lei da Mata Atlântica (Lei Federal n.º 11.428/2006 e Decreto Federal n.º 6.660/2008 e suas alterações). O recurso sustenta que a assertiva correta seria excessivamente restritiva ao afastar a dispensa de autorização nos casos de venda e beneficiamento externo, alegando que o art. 18 da Lei n.º 11.428/2006 asseguraria a coleta e comercialização direta local de subprodutos florestais de forma livre para o pequeno produtor. O argumento não encontra respaldo na literalidade da norma invocada. O art. 3º do Decreto n.º 6.660/2008, que regulamenta a Lei n.º 11.428/2006, estabelece que a exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa para consumo na propriedade do pequeno produtor rural e populações tradicionais dispensa autorização dos órgãos competentes. A norma condiciona a dispensa a dois requisitos cumulativos: ausência de propósito comercial direto ou indireto e destinação ao consumo na propriedade. O art. 28, § 1º do mesmo Decreto é explícito ao vedar o transporte e a comercialização de subprodutos florestais coletados sem autorização, ressalvadas apenas as situações expressamente admitidas. O enunciado descreve produtor que, além da coleta para consumo próprio, pretende comercializar parte do material em feira local e transportar excedentes para beneficiamento fora do imóvel. Essas finalidades afastam, de forma objetiva e literal, as condições da dispensa prevista na norma regulamentadora. O art. 18 da Lei n.º 11.428/2006, invocado pelo recurso, não confere autorização genérica para coleta e comercialização livre de subprodutos florestais. Esse dispositivo disciplina a exploração de espécies arbóreas nativas para fins de abastecimento de indústria, matéria-prima e outras finalidades, e não cria regime de dispensa autônomo para comercialização de subprodutos por pequenos produtores. A interpretação proposta pelo recurso não encontra respaldo no texto da norma e confunde o espírito protetivo da legislação - que inclui, justamente, a delimitação precisa das hipóteses de dispensa - com uma autorização ampla que a lei não consagrou. Assertiva I: A finalidade comercial é irrelevante quando o produto decorre de espécie nativa comum e a coleta é realizada em pequena escala. Incorreta. A finalidade comercial é elemento determinante para a incidência ou não da dispensa de autorização. O art. 3º do Decreto n.º 6.660/2008 condiciona expressamente a dispensa à ausência de propósito comercial direto ou indireto. A escala da coleta e a natureza da espécie não substituem esse requisito. Assertiva II: A exploração eventual permite supressão de vegetação primária quando houver reposição florestal posterior e manutenção de uso produtivo da área. Incorreta. A exploração eventual de subprodutos florestais para consumo na propriedade, disciplinada no art. 3º do Decreto n.º 6.660/2008, não autoriza supressão de vegetação primária. A supressão de vegetação primária no Bioma Mata Atlântica é regida por regime normativo distinto, com requisitos e hipóteses específicas previstas na Lei n.º 11.428/2006, que não se confundem com a coleta eventual de subprodutos. Assertiva III: A autorização federal é sempre indispensável, ainda que a exploração eventual se limite ao consumo familiar dentro da propriedade rural. Incorreta. O art. 3º do Decreto n.º 6.660/2008 estabelece expressamente a dispensa de autorização para a exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa para consumo na propriedade do pequeno produtor rural. A autorização federal não é exigida nessa hipótese específica. Assertiva IV: A dispensa alcança venda local de excedentes quando realizada por pequeno produtor, desde que a coleta ocorra sem supressão mecanizada. Incorreta. A dispensa prevista no art. 3º do Decreto n.º 6.660/2008 não se estende à venda de excedentes, independentemente do porte do produtor ou da modalidade de coleta. O propósito comercial - direto ou indireto - afasta a aplicação da dispensa, e a ausência de supressão mecanizada não é critério que a norma utiliza para ampliar seu alcance. Assertiva V: A dispensa alcança exploração eventual para consumo na propriedade, sem propósito comercial direto ou indireto, não abrangendo venda ou beneficiamento externo. Correta. A assertiva reproduz com fidelidade os requisitos e os limites da dispensa estabelecida pelo art. 3º do Decreto n.º 6.660/2008. A exploração eventual de subprodutos florestais é dispensada de autorização quando destinada ao consumo na própria propriedade do pequeno produtor rural e sem qualquer propósito comercial. O produtor descrito no enunciado declara intenção de comercializar parte do material em feira local e transportar excedentes para beneficiamento externo, condutas que afastam os requisitos da dispensa e exigem autorização dos órgãos competentes. Recordando-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647767	MATHEUS DO VALE MENDES	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Ortografia e uso do hífen, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Ortografia. Toda a questão tem como base o Novo Acordo Ortográfico, assim como a gramática da língua portuguesa brasileira e as orientações da Academia Brasileira de Letras. Isso posto, a banca esclarece que a questão está clara e tem base sólida. A respeito das palavras que preenchem o excerto: Infantojuvenil: ainda que possam coexistir, no Brasil, a escrita aglutinada e a escrita com hífen, sabe-se que de acordo com Novo Acordo Ortográfico, com a Academia Brasileira de Letras e os principais dicionários, como Houaiss, reconhecem apenas a grafia aglutinada. Antirracismo: não se emprega hífen nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por "r" ou "s", devendo estas consoantes duplicar-se (Novo Acordo, Base XVI; Bechara, p. 115). Não ficção: a grafia correta é sem hífen porque, de acordo com a regra ortográfica, não se emprega o hífen com as palavras "não" e "quase" com função prefixal (Bechara, p. 115). Subalternização: a palavra não é composta, ou seja, ela não tem prefixo a compoendo, não cabendo hífen em sua formação. Além disso, o candidato sabe que, para assinalar a alternativa correta, todos os itens da alternativa precisam preencher corretamente suas respectivas lacunas. Assim, apenas a alternativa Infantojuvenis - antirracismo - não ficção - subalternização apresenta a grafia correta de todas as palavras. Bechara, Moderna Gramática Portuguesa, 2024. Academia Brasileira de Letras: <a href="https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario">https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario</a> Dicionário Houaiss: <a href="https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php//">https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php//</a> Novo Acordo Ortográfico. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
647767	MATHEUS DO VALE MENDES	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	QUESTÃO ANULADA	Em resposta à fundamentação dos candidatos, após análise da banca examinadora conclui-se que os recursos são procedentes, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é o conceito de poluição e atividade humana com potencial de interferência ambiental no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, estando vinculada ao seguinte item do conteúdo programático previsto no edital: Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal n.º 6.938/1981 e suas alterações). A questão apresenta vício de ambiguidade objetiva decorrente de dissociação entre o critério enunciado no comando da questão e o critério de avaliação aplicado ao item III. O comando da questão solicita que o candidato identifique qual das situações descritas constitui "atividade humana com potencial de interferência ambiental". Esse conceito, consagrado na legislação ambiental brasileira, abrange atividades capazes de alterar as propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, independentemente da ocorrência concreta de dano ou da ilicitude da conduta. É precisamente por esse potencial que atividades agrícolas - inclusive a aplicação de defensivos registrados - estão sujeitas a controle estatal, receituário agrônomico e procedimentos de licenciamento ou cadastro, conforme a Resolução CONAMA n.º 237/1997 e a legislação de agrotóxicos. O item III descreve a aplicação de defensivo agrícola registrado, dentro das doses recomendadas e nas condições previstas na bula, em lavoura distante de corpo hídrico, e afirma que tal conduta "configura poluição pelo simples fato de envolver substância com toxicidade reconhecida". Essa afirmação interna é juridicamente incorreta: o art. 3º, III, da Lei n.º 6.938/1981 define poluição como degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. A mera presença de substância com toxicidade reconhecida, quando utilizada de forma regular e autorizada, não preenche esse conceito legal. Ocorre que o comando do enunciado e a afirmação interna do item III adotam critérios distintos e inconciliáveis para a avaliação da mesma conduta. Respondendo ao comando - identificar atividade com potencial de interferência ambiental - o candidato tecnicamente fundamentado reconhece que a aplicação de defensivo agrícola tem esse potencial e inclui o item III. Respondendo à afirmação interna do item - se a conduta configura poluição pelo simples uso de substância tóxica - o mesmo candidato rejeita o item por incorreção jurídica. A questão não permite ao candidato identificar qual dos dois critérios deve prevalecer, pois o enunciado e a estrutura do item os apresentam como equivalentes sem que o sejam. Essa ambiguidade é objetiva e não decorre de complexidade do tema ou de divergência doutrinária: decorre da redação da própria questão, que associa no mesmo item uma atividade que atende ao critério do enunciado e uma afirmação jurídica que contradiz esse critério. Candidatos com domínio técnico aprofundado foram prejudicados de forma objetiva, pois o conhecimento mais preciso da lei conduziu à identificação da ambiguidade, e não à resposta esperada. Pelo exposto, QUESTÃO ANULADA.
647767	MATHEUS DO VALE MENDES	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise da banca examinadora conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é o conjunto de instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e a natureza jurídica do procedimento simplificado de licenciamento ambiental, estando vinculada ao seguinte item do conteúdo programático previsto no edital: Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal n.º 6.938/1981 e suas alterações); Licenciamento ambiental: critérios básicos, procedimentos e modalidades. O recurso sustenta que o item III exigiria interpretação normativa complementar não diretamente extraível da legislação de referência, pois a Lei n.º 6.938/1981 não disciplina expressamente o procedimento simplificado nem estabelece sua natureza jurídica. O argumento não prospera. A conclusão de que o procedimento simplificado de licenciamento não constitui instrumento autônomo da Política Nacional do Meio Ambiente é diretamente extraível do art. 9º da Lei n.º 6.938/1981, que elenca taxativamente os instrumentos da PNMA. O procedimento simplificado não integra esse rol. Trata-se de modalidade procedimental que opera no interior do licenciamento ambiental - instrumento expressamente previsto no art. 9º, IV - e não de categoria independente. Identificar que um procedimento não está no rol taxativo de instrumentos de uma lei não é exercício de interpretação complementar complexa: é leitura direta do dispositivo legal. O conhecimento exigido pelo item III é o domínio do art. 9º da Lei n.º 6.938/1981, combinado com a compreensão de que procedimento simplificado é forma de exercício do licenciamento ambiental, não instrumento autônomo. Esse nível de conhecimento é compatível com o cargo de Auditor Fiscal de Meio Ambiente e com os conteúdos programáticos previstos no edital, que incluem licenciamento ambiental, critérios básicos, procedimentos e modalidades. Assertiva I: O zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ou revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Correta. Esses instrumentos estão expressamente previstos no art. 9º da Lei n.º 6.938/1981, respectivamente nos incisos II, III e IV. Assertiva II: O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o sistema nacional de informações e os cadastros técnicos ambientais integram o conjunto instrumental da PNMA. Correta. O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental está previsto no art. 9º, I; o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente no art. 9º, VII; e os cadastros técnicos federais de atividades e instrumentos de defesa ambiental no art. 9º, VIII e IX da Lei n.º 6.938/1981. Assertiva III: O procedimento simplificado de licenciamento, quando previsto em norma aplicável, constitui instrumento autônomo da PNMA, distinto do licenciamento ambiental. Incorreta. O procedimento simplificado de licenciamento não integra o rol de instrumentos da PNMA estabelecido no art. 9º da Lei n.º 6.938/1981. Trata-se de rito procedimental diferenciado que opera no interior do próprio licenciamento ambiental, instrumento previsto no art. 9º, IV, e não de categoria jurídica autônoma. A Lei Complementar n.º 140/2011, que disciplina cooperação federativa e repartição de atribuições em matéria ambiental, reconhece o procedimento simplificado como modalidade do licenciamento, e não como instrumento independente. A distinção entre instrumento de política pública e forma procedimental de seu exercício é conceito jurídico básico aplicável à leitura do art. 9º da PNMA. Recordar-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647767	MATHEUS DO VALE MENDES	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: Por se tratar de OU, como indica o candidato, trata-se de união dos eventos, o que é inerente a compreensão do conteúdo de probabilidade. Logo, o enunciado não precisa explicitar essa informações, pois faz parte da resolução do problema. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
647767	MATHEUS DO VALE MENDES	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimento, como cria [...], como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião", e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647769	NATHÁLIA DE MATOS MACHADO	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimento, como cria [...]), como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião, e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647818	OTÁVIO DE FREITAS BAUMHARDT	GEÓGRAFO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Ortografia e uso do hífen, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Ortografia. Toda a questão tem como base o Novo Acordo Ortográfico, assim como a gramática da língua portuguesa brasileira e as orientações da Academia Brasileira de Letras. Isso posto, a banca esclarece que a questão está clara e tem base sólida. A respeito das palavras que preenchem o excerto: Infantojuvenil: ainda que possam coexistir, no Brasil, a escrita aglutinada e a escrita com hífen, sabe-se que de acordo com Novo Acordo Ortográfico, com a Academia Brasileira de Letras e os principais dicionários, como Houaiss, reconhecem apenas a grafia aglutinada. Antirracismo: não se emprega hífen nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por "r" ou "s", devendo estas consoantes duplicar-se (Novo Acordo, Base XVI; Bechara, p. 115). Não ficção: a grafia correta é sem hífen porque, de acordo com a regra ortográfica, não se emprega o hífen com as palavras "não" e "quase" com função prefixal (Bechara, p. 115). Subalternização: a palavra não é composta, ou seja, ela não tem prefixo a compondo, não cabendo hífen em sua formação. Além disso, o candidato sabe que, para assinalar a alternativa correta, todos os itens da alternativa precisam preencher corretamente suas respectivas lacunas. Assim, apenas a alternativa Infantojuvenis - antirracismo - não ficção - subalternização apresenta a grafia correta de todas as palavras. Bechara, Moderna Gramática Portuguesa, 2024. Academia Brasileira de Letras: <a href="https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario/Dicionario_Houaiss">https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario/Dicionario_Houaiss</a>: <a href="https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/">https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/</a> Novo Acordo Ortográfico. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647979	RODRIGO MASSABKI FRANÇA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Concordância Nominal, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Concordância nominal. A banca esclarece que há não qualquer problema na elaboração da questão que configure em subjetividade, ambiguidade, interpretação equivocada, etc., inclusive, nos casos em que pode haver duas possibilidades de concordância, a questão não limita a uma taxativamente como única, cabendo ao candidato mobilizar seus conhecimentos prévios e saber que há duas possibilidades e que a questão pede-lhe para analisar uma delas. A questão está clara e pautada na gramática do língua portuguesa brasileira. Isso posto, analisa-se as sentenças a partir do excerto de referência: "A atividade circense passou a ser oficialmente reconhecida como manifestação da cultura e da arte popular brasileira." Quando na construção há mais de uma palavra determinada, deve-se observar os seguintes casos e tomar as decisões que sejam coerentes com o contexto: 1º."Se as palavras determinadas forem do mesmo gênero, a palavra determinante irá para o plural e para o gênero comum, ou poderá concordar, principalmente se vier anteposta, em gênero e número com a mais próxima". Assim, a primeira sentença é VERDADEIRA, podendo ser "manifestação da cultura e da arte brasileira ou brasileiras". 2º."Se as palavras determinadas forem de gêneros diferentes, a palavra determinante irá para o plural masculino ou concordará em gênero e número com a mais próxima". Desse modo, segunda sentença é VERDADEIRA, podendo ser: "O cinema e a música brasileiros ou brasileira". Na mesma orientação gramatical anterior, fica claro que a terceira sentença é FALSA. Primeiro, porque concordar apenas com o substantivo ou a palavra determinada mais próxima não associa o adjetivo ou a palavra determinante apenas a esta. Segundo, como está claro na regra acima, o autor da sentença não precisa concordar o determinante obrigatoriamente com o gênero da maioria dos substantivos e, no caso do exemplo, ficando no masculino plural. Bechara, Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 572. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647979	RODRIGO MASSABKI FRANÇA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I.No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1.coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimento, como cria [...]), como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2.coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião, e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II.As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III.No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647979	RODRIGO MASSABKI FRANÇA	AUDITOR FISCAL DE MEIO AMBIENTE - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise da banca examinadora conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é o comportamento do interpolador IDW - Inverse Distance Weighting - diante da variação do expoente de ponderação, com foco nos efeitos sobre a distribuição dos pesos normalizados e sobre a suavização da superfície interpolada, estando vinculada ao seguinte item do conteúdo programático previsto no edital: Fundamentos de geoprocessamento: elaboração e interpretação de dados cartográficos aplicados à gestão ambiental. O recurso sustenta que o item III seria excessivamente genérico e tecnicamente impreciso, por descrever a redução da suavização local como efeito do aumento do expoente sem considerar outros fatores que também influenciam a suavização, como distribuição espacial das amostras, densidade de pontos e anisotropia. O argumento não prospera. A questão delimita com precisão as condições do experimento: manutenção das distâncias e dos valores observados, com variação exclusiva do expoente de 1 para 2. Nesse cenário controlado, o comportamento descrito no item III é consequência matemática direta do aumento do expoente, independentemente dos demais fatores mencionados pelo recurso. No IDW, o peso atribuído a cada ponto amostral é calculado como o inverso da distância elevada ao expoente. Ao elevar o expoente, os pontos mais próximos recebem peso proporcionalmente maior em relação aos pontos mais distantes. Essa redistribuição faz com que a estimativa no ponto não amostrado seja dominada pelos vizinhos imediatos, reduzindo a influência suavizadora dos pontos mais afastados e produzindo superfície localmente menos suavizada. O efeito de agrupamento - ou clustering - decorre precisamente desse domínio dos pontos próximos sobre a estimativa local, fenômeno que se acentua com o aumento do expoente. O fato de outros fatores também influenciarem a suavização em contextos gerais não invalida a afirmação do item III para as condições específicas descritas no enunciado. O uso dos termos "tende a" e "podendo" na assertiva reflete adequadamente a natureza probabilística do fenômeno sem comprometer sua precisão técnica. Assertiva I: A influência relativa das estações mais próximas aumenta, com redução relativa da contribuição dos pontos mais distantes. Correta. No IDW, o peso de cada ponto é proporcional ao inverso da distância elevada ao expoente. Ao elevar o expoente de 1 para 2, o inverso da distância ao quadrado decresce mais rapidamente com o aumento da distância do que o inverso simples da distância. Isso significa que pontos próximos recebem peso relativamente maior e pontos distantes recebem peso relativamente menor após a normalização, exatamente como descreve o item. Assertiva II: Todos os pesos normalizados diminuem simultaneamente, pois a elevação ao quadrado reduz todos os valores absolutos de ponderação. Incorreta. Após a normalização, a soma dos pesos é sempre igual a 1, independentemente do expoente utilizado. A normalização redistribui os pesos relativos entre os pontos amostrais: os pontos mais próximos recebem fração maior do peso total e os mais distantes recebem fração menor. Não há diminuição simultânea de todos os pesos normalizados; há redistribuição. O item confunde os valores absolutos dos pesos antes da normalização com os pesos normalizados efetivamente utilizados na estimativa. Assertiva III: A superfície interpolada tende a ficar menos suavizada localmente, podendo acentuar efeitos de agrupamento de pontos amostrais próximos. Correta. O aumento do expoente no IDW concentra progressivamente a influência sobre os pontos amostrais mais próximos do ponto estimado, reduzindo a contribuição dos pontos mais afastados que, no IDW com expoente menor, exercem efeito suavizador sobre a superfície. O resultado é uma superfície localmente menos suavizada, com valores de estimativa mais fortemente determinados pelos vizinhos imediatos. Em áreas com agrupamento de pontos próximos - como o setor urbano descrito no enunciado - esse efeito tende a ser mais pronunciado. A afirmação é matematicamente correta para as condições delimitadas pelo enunciado, e as expressões "tende a" e "podendo" são tecnicamente adequadas ao caráter probabilístico do comportamento descrito. Recorda-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647841	TATIANI GONÇALVES ALBERT	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação e Compreensão, análise e interpretação de textos. Primeiramente, esclarecem-se dois pontos: 1. a questão e as sentenças a serem analisadas estão claras, sem quaisquer instabilidades ou informações que causem prejuízo ao candidato, cabendo-lhe ler com atenção, analisar o que é proposto e tomar sua decisão; 2. toda análise textual prevê não apenas conhecimentos linguísticos e/ou gramaticais estanques, mas eles aplicados na textualidade; logo, o candidato precisa não apenas saber as regras gramaticais, mas interpretá-las na materialidade do texto, o que exige também interpretar os sentidos construídos a partir das escolhas linguísticas feitas dentro do todo do texto. A respeito das sentenças: I. No trecho sublinhado, as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo em todo o trecho: separar termos ou orações coordenadas assindéticas. A sentença está CORRETA. No trecho sublinhado há duas situações: 1. coordenação de orações assindéticas (Como vive, como age, como habita, como sente, como trabalha, como produz, como se organiza e se movimenta, como cria [...]), como se expressa e se comunica). Observa-se que, no meio da coordenação assindética, há dois momentos sindéticos, com o uso da conjunção aditiva "e". 2. coordenação de termos assindéticos (arte, religião ou qualquer outra forma de linguagem). A vírgula separa os termos "arte" e "religião", e não é usada quando, no termo seguinte, há uma coordenação sindética, com a conjunção alternativa "ou". II. As aspas, simples ou duplas, podem ser usadas por vários motivos e são um sinal de pontuação. No contexto em análise, as aspas foram usadas em "ser humano" para indicar que a expressão tem outro sentido, diferente do que comumente denota. A sentença está INCORRETA. De acordo com Bechara, em Moderna Gramática Portuguesa, 2024, p. 655, "as aspas também são empregadas para abrir e fechar citações, indicar ironia, citar título de poema ou conto, dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entoação especial), ressaltar um expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria". Azeredo, em Gramática Houaiss da língua portuguesa, 2021, p. 567, também afirma que as aspas podem ser empregadas para "expressões que o enunciador decida destacar por alguma razão", que pode para ironizar, para sinalizar que ele usa outro sentido ou apenas para enfatizar, sem alterar o sentido denotativo da expressão. Isso posto, ao ler com atenção o excerto e interpretá-lo, gesto essencial para que o candidato consiga entender os sentidos do texto e analisar as sentenças, fica claro que as aspas foram usadas apenas para dar destaque ao tema central da "questão antropológica". Sabe-se que a questão fundamental da antropologia é o ser humano, portanto, fica claro que as aspas apenas deram destaque ao que já é conhecimento prévio a respeito do objeto ou da questão antropológica. III. No trecho "Mais do que uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema", a vírgula foi usada porque há uma oração subordinada adverbial (nesse caso comparativa), que exerce a mesma função do adjunto adverbial e está anteposta ao verbo. Essa mesma sentença poderia ser reescrita sem a vírgula, assim: A ciência visa resolver um problema mais do que uma curiosidade. A sentença está CORRETA. Primeiramente não há quaisquer equívocos teóricos, gramaticais, linguísticos na elaboração da sentença. Seguindo: a construção é um período composto, em que a segunda oração é uma subordinada adverbial comparativa e apresenta, para maior coesão e evitar e repetições desnecessárias, a supressão do verbo, uma vez que, por ser uma comparação, se pressupõe que tanto a primeira parte quanto a segunda tratam da mesma coisa, situação, etc. De acordo com Cunha e Cintra, em Nova gramática do português contemporâneo, 2017, p. 602, as orações comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto, dando o seguinte exemplo: "Mais do que as palavras, falavam os fatos". Bechara, p. 523, alerta que "as orações subordinadas comparativas, geralmente, não repetem certos termos que, já existentes na sua principal, são facilmente subentendidos, logo, no exemplo analisado, tem-se: "Mais do que [resolver] uma curiosidade, a ciência visa resolver algum problema". A respeito da reescrita, apesar de ela não ser a mais comum, ela é possível, coesa e coerente, não alterando o sentido construído no texto. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>
647841	TATIANI GONÇALVES ALBERT	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é sucessão ecológica, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Dinâmica de populações e comunidades. O recurso não merece provimento. A afirmativa II descreve adequadamente o conceito de sucessão ecológica secundária ao indicar que ela ocorre em áreas previamente ocupadas por comunidades biológicas e nas quais o solo permanece presente. Tal definição está em conformidade com a literatura ecológica clássica. A alegação do recorrente baseia-se na possibilidade de existirem queimadas de elevada severidade que alterem significativamente as condições ecológicas da área afetada. Entretanto, a afirmativa não estabelece que toda e qualquer queimada, independentemente de suas características, resulte necessariamente em sucessão secundária. A expressão "como em áreas após queimadas ou desmatamento" apresenta exemplos clássicos e amplamente utilizados na literatura para ilustrar processos de sucessão secundária. Além disso, a própria afirmativa explícita a condição fundamental desse tipo de sucessão: a presença prévia de comunidade biológica e a manutenção do solo. A eventual existência de situações excepcionais não invalida a correção do conceito apresentado. Assertiva I: A sucessão primária ocorre em ambientes onde não há vida prévia e ausência de solo, sendo comum a atuação de espécies pioneiras como líquens e cianobactérias. Assertiva correta. Fundamento: a sucessão primária ocorre em substratos desnudos, sem solo previamente formado, como rochas expostas ou áreas recém-oriçadas (como após atividade vulcânica). Nessas condições, organismos pioneiros como líquens e cianobactérias são fundamentais para iniciar o processo de formação do solo. Assertiva II: A sucessão secundária ocorre em áreas previamente ocupadas por comunidades biológicas, onde o solo já está presente, como em áreas após queimadas ou desmatamento. Assertiva correta. Fundamento: A sucessão secundária ocorre em áreas previamente ocupadas por comunidades biológicas, nas quais o solo já está presente e pode conter sementes, matéria orgânica e microrganismos, acelerando o processo sucessional após distúrbios como queimadas ou desmatamentos. Assertiva III: As espécies pioneiras geralmente apresentam baixa tolerância a condições ambientais adversas, sendo substituídas rapidamente por espécies mais resistentes. Assertiva incorreta. Fundamento: Está incorreta pois contraria a literatura clássica. As espécies pioneiras, na realidade, apresentam alta tolerância a condições ambientais adversas, como escassez de nutrientes, alta radiação e variações térmicas, sendo adaptadas a ambientes extremos. Essas espécies possuem estratégias de rápido crescimento e alta capacidade de colonização. Assertiva IV: O estágio clímax da sucessão ecológica representa uma comunidade relativamente estável, com maior biodiversidade e complexidade estrutural. Assertiva correta. Fundamento: O estágio clímax é caracterizado por maior estabilidade ecológica relativa, elevada diversidade de espécies e maior complexidade estrutural, embora atualmente se reconheça que esse estágio pode sofrer variações conforme distúrbios naturais. Recorda-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>

RECURSOS

INSC.	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	VAGA	PARECER	RESPOSTA
647841	TATIANI GONÇALVES ALBERT	BIÓLOGO - GOVERNADOR CELSO RAMOS	INDEFERIDO	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é teias alimentares, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Ecologia e Meio Ambiente. Conceitos fundamentais: ecossistemas, nicho ecológico, cadeias e teias alimentares. Dinâmica de populações e comunidades. O recurso não merece provimento. O recorrente afirma que os decompositores não atuam apenas após os consumidores, uma vez que podem decompor matéria orgânica proveniente de qualquer nível trófico. Embora essa observação seja correta do ponto de vista ecológico, ela não torna a alternativa indicada no gabarito incorreta. A redação da alternativa não afirma que os decompositores ocupam exclusivamente uma etapa posterior aos consumidores nem que recebem energia apenas destes. A expressão "dos produtores para os consumidores e decompositores" descreve o sentido geral do fluxo energético no ecossistema, indicando que a energia captada pelos produtores é posteriormente transferida aos demais componentes da comunidade biológica, incluindo consumidores e decompositores. Ou seja, a alternativa expressa corretamente o caráter unidirecional do fluxo de energia e as perdas energéticas associadas às transferências entre níveis tróficos. A assertiva "A energia flui de forma unidirecional nos ecossistemas, dos produtores para os consumidores e decompositores, havendo perda de energia em cada nível trófico, principalmente na forma de calor" está correta. Fundamento: O fluxo de energia nos ecossistemas é unidirecional. A energia entra principalmente via fotossíntese e é transferida entre níveis tróficos com perdas significativas, sobretudo na forma de calor, conforme a segunda lei da termodinâmica. A assertiva "Os decompositores devolvem a energia ao sistema, permitindo que ela seja reutilizada pelos produtores ao longo dos ciclos ecológicos." está incorreta. Fundamento: a energia não é reciclada nos ecossistemas, apenas a matéria é reciclada por meio dos ciclos biogeoquímicos. A energia, por sua vez, é dissipada, principalmente como calor, não retornando aos produtores. A assertiva "Em uma cadeia alimentar, os consumidores primários são aqueles que se alimentam exclusivamente de outros consumidores, ocupando níveis tróficos superiores" está incorreta. Fundamento: os consumidores primários são herbívoros e se alimentam diretamente dos produtores. A assertiva "O fluxo de energia nos ecossistemas é cíclico, assim como o fluxo de matéria, retornando integralmente aos produtores após passar por todos os níveis tróficos" está incorreta. Fundamento: apenas a matéria apresenta ciclagem. A energia segue fluxo unidirecional e não retorna aos níveis iniciais. A assertiva "A quantidade de energia disponível aumenta progressivamente ao longo dos níveis tróficos, sendo maior nos consumidores de topo do que nos produtores" está incorreta. Fundamento: Diferente no exposto na assertiva, ocorre redução progressiva da energia disponível em níveis tróficos superiores, o que fundamenta a estrutura das pirâmides ecológicas. Recordar-se que, conforme o edital, somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.</p>